

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O CUIDADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE MÍDIAS DIGITAIS

HEALTH EDUCATION FOR THE CARE OF PEOPLE WITH DISABILITIES THROUGH DIGITAL MEDIA

**Andressa da Silveira¹, Yasmin Sabrina Costa², Luana Gabrieli Eichelberger Hurtig³,
Juliana Traczinski⁴ e Eslei Lauane Pires Cappa⁵**

RESUMO

A pessoa com deficiência apresenta impedimento de longo prazo que pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem comprometer sua participação na sociedade. A invisibilidade da pessoa com deficiência ocorre devido as questões culturais impostas pela sociedade, colocando-os em situação de vulnerabilidade. Esse artigo objetiva relatar a experiência de estudantes do curso de graduação de enfermagem de uma universidade pública, integrantes do Projeto de Extensão “Educação em saúde como possibilidades para o cuidado de crianças e adolescentes com deficiência” e a utilização de tecnologias e as mídias digitais como estratégia para atividades de educação em saúde. Entre as ações de extensão realizadas nesse projeto destacam-se as práticas voltadas à educação em saúde com profissionais, crianças e adolescentes que frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ). A elaboração dos materiais educativos necessita de organização e planejamento, o uso de linguagem clara e objetiva, além de contemplar as demandas de saúde dessa população. Fazer com que novos recursos de aprendizagem não se tornem obsoletos exige particularidades desafiadoras, haja vista que o acesso ao conhecimento é ilimitado para grande parte da população, sendo um momento de avaliar as novas possibilidades no processo de ensino-aprendizagem que possam impactar positivamente na autonomia de pessoas que vivem com deficiência.

Palavras-chave: Enfermagem, Enfermagem a Pacientes com Deficiência do Desenvolvimento, Educação da População, Rede Social, Uso da Internet.

ABSTRACT

Persons with disabilities present long-term impairments, which may be of a physical, mental, intellectual or sensory nature, which may compromise their participation in society. The invisibility of people with disabilities is due to cultural issues imposed by society, putting them in a situation of vulnerability. This article aims to report the experience of undergraduate nursing students at a public university, members of the Extension Project “Health Education as Possibilities for the Care of Children and Adolescents with Disabilities” and the use of technologies and digital media as strategy for health education activities. Among the extension

1 Doutora em enfermagem, Docente da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões. E-mail: andressa-da-silveira@gmail.com

2 Acadêmica do curso de graduação em enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões. E-mail: @yasminncosta@outlook.com

3 Acadêmica do curso de graduação em enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria - Campus de Palmeira das Missões. E-mail: luanaehurtig@gmail.com

4 Acadêmica do curso de graduação em enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria - Campus de Palmeira das Missões. E-mail: traczinski.juliana@acad.ufsm.br

5 Acadêmica do curso de graduação em enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões. E-mail: esleilauanecappa@gmail.com

actions carried out in this project, the practices aimed at health education with professionals, children and adolescents who attend the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) stand out. The development of educational materials requires organization and planning, the use of clear and objective language, in addition to contemplating the health demands of this population. Making new learning resources not become obsolete requires challenging particularities, given that access to knowledge is unlimited for a large part of the population, being a time to assess new possibilities in the teaching-learning process that can positively impact autonomy of people living with disabilities.

Keywords: *Nursing, Developmental Disability Nursing, Population Education, Social Networking, Internet Use.*

INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação brasileira a pessoa com deficiência apresenta impedimento de longo prazo que pode ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial os quais podem comprometer sua participação na sociedade. A deficiência ou perda de funcionalidade na maioria dos casos é considerado efeito das condições crônicas de saúde da população (SANTOS, 2021).

Conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, o conceito da pessoa com deficiência passou do modelo médico para o modelo social (LOPES, 2017). Nos dias atuais, tem-se o modelo social da deficiência, o qual defende que a opressão social não decorre de suas limitações corporais, mas a não adequação da sociedade às necessidades dessa população. Esse modelo possibilita o debate sobre a necessidade de ações para a proteção e redução das desigualdades, possibilitando que as pessoas com deficiência possam ter seus direitos garantidos (URSINE, 2018). Com isso, a partir da publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência é assegurado a população com deficiência condições de igualdade, o exercício de seus direitos fundamentais com vistas à inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012), cerca de 15% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. No Brasil, o número de pessoas com deficiência é de 45,5 milhões correspondendo a aproximadamente 23,9% da população (IBGE, 2010). No Rio Grande do Sul estima-se que 15,07% da população apresente algum tipo de deficiência. O Relatório Mundial da Deficiência salienta que a interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras comportamentais e ambientais dificultam a sua participação plena e efetiva na sociedade (OMS, 2012). O ambiente em que cada pessoa vive tem grande repercussão na extensão da deficiência, com isso, pessoas que vivem com deficiência apresentam desvantagens naturais pelos impedimentos em seu cotidiano e do confinamento. Essa população encontra-se em maior vulnerabilidade, destacando-se a invisibilidade no acesso à saúde, educação e direitos, restrições quanto a participação ativa no cotidiano, com menores níveis de escolaridade e renda, precárias condições de moradia e saneamento básico (URSINE, 2018).

Ademais, a invisibilidade da pessoa com deficiência ocorre devido a questões culturais impostas pela sociedade, colocando-os em situação de vulnerabilidade (LOPES, 2017). Nesse sentido,

existem inúmeras barreiras no cotidiano de pessoas com deficiência, sejam sociais, econômicas e culturais, incluindo o acesso aos serviços de atenção à saúde. A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência ressalta sobre a qualidade de vida e acesso aos serviços de atenção à saúde as pessoas com deficiência. Assim, acredita-se que as atividades educativas são possibilidades de acessar as pessoas com algum tipo de deficiência, promovendo saúde, qualidade de vida e prevenção de agravos, que são estratégias asseguradas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010).

Neste estudo, adota-se como conceito de educação em saúde o processo de construção de conhecimentos e promoção de práticas saudáveis que incluem a participação da população e seus saberes prévios (BALDOINO, 2018). Deste modo, o desenvolvimento das práticas de educação em saúde possibilita o uso da reflexão e debate de temáticas específicas que podem beneficiar a sociedade (BANDEIRA, 2019). Esse processo contribui para a discussão e reflexão a fim que as pessoas possam estar empoderadas para fazer escolhas sobre seus cuidados de saúde, culminando para a qualidade de vida, saúde e cuidado (BALDOINO, 2018; SEABRA, 2019).

A enfermagem trabalha na perspectiva do cuidado, da assistência, da gerência e da educação em saúde. A partir da Lei nº 7.498/86, que regulamenta o exercício da profissão estão previstas ações de educação em saúde realizadas pelo enfermeiro com intuito de contribuir com as condições de saúde da população (BRASIL, 1986). No âmbito da qualificação da assistência à saúde, a educação em saúde é uma estratégia para a prevenção, promoção, recuperação e reabilitação, a fim de informar, capacitar e contribuir com os grupos que vivem em situação de vulnerabilidade. Ações de educação em saúde voltadas para as pessoas com deficiência são favoráveis para o desenvolvimento dos cuidados no cotidiano e também para que elas possam ser instrumentalizadas sobre seus direitos (NETO, 2019).

As tecnologias auxiliam no processo ensino-aprendizagem e também surgem como alternativa aos modelos de educação em saúde com vistas à resolução das necessidades identificadas de acordo com cada população (NEVES, 2020). O uso de tecnologias para a educação em saúde tem se mostrado viável, propõe um conjunto de produtos e instrumentos que promovam o saber, o conhecimento e influencia no padrão de saúde da população. Ações de educação em saúde possibilitam o diálogo entre profissional e usuário, assim é uma estratégia para o cuidado humanizado. Dessa forma, o uso das tecnologias para o desenvolvimento de ações de educação em saúde torna-se mais prazeroso, reduz as desigualdades, atribuindo questões inclusivas as quais melhoram o acesso da população com deficiência e sua autonomia para o desenvolvimento do cuidado (MANIVA, 2018; SILVEIRA, 2020).

No contexto da pandemia o uso das tecnologias e das mídias digitais apresentam-se como estratégias para manter o vínculo com a população, a comunicação, orientações e são possibilidades para o desenvolvimento da educação em saúde para o cuidado (NEVES, 2020). O uso das mídias digitais possibilita o diálogo com os usuários, por meio de grupos, redes sociais e aplicativos que podem beneficiar a educação em saúde. Frente a essas premissas, acredita-se que as estratégias de educação em saúde por meio das mídias digitais são potentes instrumentos para a promoção do cuidado, contribuindo na

assistência de enfermagem, por ser uma estratégia para ações de educação em saúde para o cuidado das pessoas que apresentam deficiência, suas famílias e cuidadores. Além disso, possibilita um diálogo amplo com a sociedade, repercutindo na reflexão e debate, a fim de desmistificar os tabus sociais sobre a deficiência.

Esse artigo objetiva relatar a experiência de estudantes do curso de graduação de enfermagem de uma universidade pública, integrantes do Projeto de Extensão “Educação em saúde como possibilidades para o cuidado de crianças e adolescentes com deficiência” e a utilização de tecnologias e as mídias digitais como estratégia para atividades de educação em saúde para pessoas com deficiência, familiares e cuidadores.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, na modalidade relato de experiência que aborda sobre as vivências de estudantes do curso de graduação em enfermagem no Projeto de Extensão “Educação em saúde como possibilidades para o cuidado de crianças e adolescentes com deficiência” e a utilização de tecnologias por meio das mídias digitais com intuito de desenvolver educação em saúde para pessoas com deficiência, familiares e cuidadores.

A ação de extensão foi aprovada no primeiro semestre de 2021 e realizou atividades educativas com profissionais da clínica e da escola de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por meio de encontros via *Google Meet* devido ao período pandêmico.

Entre as ações de extensão realizadas na ação extensionista destacam-se as práticas voltadas à educação em saúde com profissionais, crianças e adolescentes que frequentam a APAE. Com o intuito de promover o conhecimento e maior informação sobre os cuidados e os tipos de deficiência, a docente e os integrantes passaram a utilizar as tecnologias e as mídias digitais como estratégia de comunicação com o público alvo e com a sociedade. A docente coordenadora da proposta de extensão criou um perfil no Instagram denominado “Viver Enfermagem”, com vídeos, posts, podcasts e síntese de materiais científicos de publicação diária, com ênfase nos direitos, cuidados e informações sobre pessoas com deficiências.

Neste relato, apresenta-se o planejamento, desenvolvimento e publicação de vídeos que elucidaram sobre os tipos de deficiência, direitos e cuidados a essa população. O planejamento para a construção dos materiais ocorreu via *Google Meet* e *WhatsApp* em que participaram uma docente, 10 estudantes de enfermagem voluntários, quatro bolsistas de iniciação científica e dois bolsistas de extensão vinculados a essa proposição.

A partir da leitura, debate e reflexão dos materiais foram desenvolvidas reuniões virtuais para elaborar o roteiro de construção dos seis vídeos e uma publicação para as mídias digitais com ênfase nas deficiências e os cuidados no cotidiano dessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção e a socialização de materiais educativos possuem o intuito de mediar o processo de ensino e aprendizagem nas ações em saúde junto à comunidade, estimulando a autonomia, a prevenção de agravos e a promoção da saúde. A educação em saúde é uma estratégia utilizada para atender as demandas de saúde, na perspectiva do SUS, proporcionando maior conhecimento e segurança à população que apresenta deficiências e seus cuidadores e/ou familiares.

Para a ação de extensão foram construídos seis vídeos e uma publicação sobre o conceito das pessoas com deficiência. Iniciou-se pela busca por publicações nacionais com o intuito de que o material publicado fizesse convergência com a legislação nacional. Depois de concluída a etapa de pesquisa e leitura por materiais bibliográficos, realizou-se a elaboração de um roteiro para a gravação dos vídeos, seguido pela divulgação dos materiais nas redes sociais com a finalidade de alcançar maior visibilidade junto à comunidade local.

A fim de manter a comunicação entre os participantes do projeto, optou-se como forma de organização a criação de um grupo no *WhatsApp*, para compartilhar ideias e referências essenciais na produção dos materiais educativos. O tema e o roteiro de gravação foram estabelecidos e as gravações realizadas de modo individual. Posteriormente, o material foi editado pelos integrantes e disponibilizado no *Instagram*.

No primeiro vídeo menciona-se as condições físicas e intelectuais para que um indivíduo esteja no grupo de pessoas com deficiência. Nesse vídeo utilizou-se como referência primária a Lei 13.146/2015, que institui Estatuto da Pessoa com Deficiência e a caracteriza como “toda aquela que possui algum impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

No segundo vídeo destaca-se a partir do referencial da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência, a deficiência auditiva sendo caracterizada como “perda total ou parcial da capacidade de ouvir, manifesta-se nas formas de surdez leve e modera e surdez severa ou profunda, que podem comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento integral” (BRASIL, 2010).

O terceiro vídeo apresentou a deficiência motora. As pessoas que possuem deficiência motora, segundo Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência são aquelas que possuem “uma variedade de condições neurosensoriais que as afetam em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões nervosas, neuromusculares e osteoarticulares ou, ainda, de má-formação congênita ou adquirida” (BRASIL, 2010).

O quarto vídeo destacou a deficiência visual. Conforme a Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência, a deficiência visual “compreende uma situação irreversível de diminuição da visão, mesmo após tratamento clínico e ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. Essa deficiência

é classificada em categorias que abrangem desde a perda visual leve até a ausência total de visão” (BRASIL, 2010).

Para o desenvolvimento do quinto vídeo foi enfatizado a deficiência intelectual. A deficiência intelectual caracteriza-se como “incapacidade de função intelectual significativamente abaixo da média, combinada com outras limitações: comunicação, orientação, habilidades sociais, autoproteção, uso de recursos comunitários e manutenção de segurança pessoal (SULKES, 2020; FREDERICO, 2020). A deficiência intelectual representa 1,4% das autodeclarações e maior dificuldade de inclusão social (IBGE, 2010).

O sexto vídeo abordou sobre o cuidado no cotidiano das pessoas com deficiência, divulgando ações comuns no cotidiano e algumas orientações para a convivência. O cuidado de pessoas com deficiência intelectual sinalizou sobre o uso da linguagem simples e clara. Para aqueles que apresentam deficiência visual, a importância da ajuda, a forma de comunicação e os meios de transporte para essa população. Em relação aos cuidados com a deficiência auditiva, destaca-se a necessidade de se comunicar de maneira visual e a utilização da linguagem de sinais. Para a população com deficiência motora, destacam-se os mecanismos para locomoção e a utilização de recursos como a cadeira de rodas, bengalas e muletas (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O último material publicado foi um informativo com o seguinte título “Dados sobre a população brasileira com deficiências”, os números apresentados são referentes IBGE, coletados por meio da Pesquisa Nacional de Saúde. Nesta publicação, apresentou-se os dados da população com deficiência no Brasil por meio de um gráfico em barras desenvolvido no *Programa Excel*. Os resultados remetem em maior índice a população com necessidade visual, seguido da física, auditiva e por fim a deficiência intelectual (IBGE, 2013).

A construção dos materiais elaborados pelos integrantes do projeto tiveram um referencial de base, seguiram um roteiro inicial, foram discutidos em reuniões via *Google Meet* e posteriormente, foram divulgados no Instagram. Esses resultados, contribuíram para o ensino e cuidado de enfermagem, facilitaram o acesso por profissionais de saúde, estudantes e pessoas com deficiência. Os achados corroboram ainda, sobre o pensar na redução das desigualdades entre as populações, por meio de abordagens que impulsionem o diálogo, a sensibilidade e possibilitem a educação em saúde.

A educação é significativa para que ocorra a promoção de saúde, é o caminho para alcançar o processo de cuidado e autonomia. A educação em saúde pode intervir positivamente na formação de cidadãos de forma comunicativa e dialógica (SOLIA, 2017). Essa prática direcionada às pessoas com deficiência desempenha um papel essencial nos processos de desenvolvimento pessoal, de amadurecimento, além de auxiliar na desmistificação de tabus sociais, os quais comumente são vivenciados por esta população e atualmente acentuados na pandemia (DUBOW, 2018; PEREIRA, 2021).

A extensão universitária corrobora para autonomia, sendo espaço oportuno para troca de experiências entre docentes, discentes e a população, priorizando o diálogo, valorizando o saber

e propiciando processos de ensino-aprendizagem, com conhecimento sistemático (SILVA, 2019). As atividades de extensão vão além da socialização do conhecimento, elas organizam o desenvolvimento da aprendizagem vinculado à prática, propiciam uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Por conta disso, a extensão universitária é um ambiente produtivo para a valorização de saberes construídos por diferentes realidades (OLIVEIRA, 2017).

No campo do ensino acadêmico, as mídias digitais têm sido eficazes no auxílio ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e para continuidade das ações de extensão. No campo da pesquisa, as mídias digitais são benéficas para a identificação de condições de risco, promovem a disseminação da informação, o conhecimento e novos métodos de ensino, colaborando com a divulgação dos conteúdos de educação em saúde (MESQUITA, 2017).

A utilização das tecnologias e mídias digitais avançou ao longo dos últimos anos e a prática destas para o trabalho de enfermagem pode contribuir para atingir diferentes populações. Com isso, a utilização do Instagram para publicações e vídeos como forma de educação em saúde atinge pessoas de diferentes idades, sexos e classes sociais, permitindo que estes possam acessar de maneira rápida e fácil as informações que desejarem (MESQUITA, 2017).

No atual contexto pandêmico o uso das mídias sociais tem se mostrado um recurso vital para a disseminação de informação, pois através desta pode-se ampliar o alcance e a diversidade de orientações com enfoque na promoção e prevenção. As plataformas virtuais e as mídias sociais têm importante papel não só nas comunicações humanas diárias, mas também em termos de educação em saúde, já que o cenário atual limitou o contato físico (SILVA, 2020).

A utilização das tecnologias e das mídias digitais contribuem para o conhecimento das políticas, programas e direitos, permitindo que as pessoas com deficiência possam ter acesso à educação em saúde para a autonomia e desenvolvimento de suas potencialidades (FRANK, 2020). Contudo, garantir à acessibilidade às tecnologias para as pessoas com deficiência ainda é um desafio. O acesso pleno e adequado às tecnologias é considerado inexistente para muitas populações, não ocorrendo de forma igualitária o que impacta diretamente na adoção de seus benefícios para estimulação do conhecimento advindos do simples acesso à informação, educação e cultura (NIC, 2020).

A Lei nº 13.146/2015 garante a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assegurando o uso de uma linguagem própria, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (TICs) (BRASIL, 2015). As pessoas com deficiência auditiva enfrentam obstáculos de comunicação, desta forma, o uso das mídias digitais pode colaborar na inclusão dessas pessoas auxiliando no processo de ensino e aprendizagem, rompendo com a aprendizagem tradicional, além de garantir o acesso à saúde, direito, acolhimento e a promoção da saúde das populações com deficiência e seus familiares (OLIVEIRA, 2020).

Para prevenir, aliviar e neutralizar os impedimentos, limitações e restrição na participação, a tecnologia é um meio facilitador que pode ser utilizado pelas pessoas com deficiência motora.

Por isso, as mídias digitais contribuem com a participação social, englobando diferentes áreas do conhecimento, que colaboram com a funcionalidade das pessoas com deficiência motora, que devido a sua mobilidade reduzida impedem sua participação. Desta forma, o uso de tecnologias viabiliza que essa população melhore a sua qualidade de vida, a autonomia e a inclusão social (VASCONCELOS, 2017).

A utilização das tecnologias digitais favorece a inclusão, a socialização e a educação em saúde. É bastante comum o uso do aparelho celular pela população com deficiência visual, para isso foi desenvolvida às pessoas com deficiência visual a tecnologia chamada “*Touchscreen*” que significa “tela sensível ao toque” facilitando o uso de um aparelho celular para aqueles com necessidades visuais (SILVA, 2018).

As pessoas com deficiência intelectual por muito tempo foram vistas e julgadas erroneamente como incapazes de interagir socialmente, somente no século XX a deficiência intelectual passou a ser vista como parte das características das pessoas e não mais como um impedimento de ações. Como resultado desse olhar amplificado surgiram pesquisas, ações de saúde e educação, com vistas ao desenvolvimento dessa população. Nos dias atuais, percebe-se a dificuldade de inclusão e adaptação, o que ampara essa população é a Lei nº 8.213/91 a qual incentiva a inclusão de pessoas acometidas por algum tipo de deficiência no mercado de trabalho (FREDERICO, 2020).

Essas informações corroboram no sentido do material produzido pelos estudantes vinculados ao Projeto, que visa desmistificar tabus, ampliar o debate social por meio das mídias digitais, desenvolver educação em saúde na perspectiva de cuidados e direitos das pessoas com deficiência de modo a proporcionar um diálogo coletivo sobre as singularidades e os direitos dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo foi possível relatar a experiência de estudantes de enfermagem sobre ações de extensão desenvolvidas com a utilização de tecnologias e das mídias digitais. A produção dos vídeos, publicações e as leituras realizadas, resgatam sobre a importância de visibilizar os cuidados das pessoas com deficiência, conhecer os diferentes tipos de deficiência e as suas singularidades.

A elaboração dos materiais educativos em saúde requer organização e planejamento, o uso de linguagem clara e objetiva, além de estar em sintonia ao contexto e necessidades do público-alvo. Fazer com que novos recursos de aprendizagem não se tornem obsoletos exige particularidades desafiadoras, haja vista que atualmente o acesso ao conhecimento é ilimitado para grande parte da população, sendo um momento de avaliar as novas possibilidades no processo de ensino-aprendizagem.

Após a publicação dos materiais em forma de vídeos educativos trazendo informações pertinentes sobre as deficiências, direitos e cuidados de saúde, acredita-se que os objetivos foram atingidos. Os profissionais da APAE avaliaram de forma positiva a utilização de tecnologias e mídias digitais para educação em saúde.

Sugere-se o desenvolvimento de ações que promovam educação em saúde com as pessoas que apresentam deficiência, suas famílias, cuidadores e sociedade. Dialogar em espaços coletivos e ampliados sobre essa temática, minimiza os tabus sociais de que as pessoas com deficiência possuem barreiras sociais para o desenvolvimento. Por isso, é essencial dialogar sobre a existência dessa população e a necessidade de inclusão. No que tange a educação em saúde para o cuidado, é importante incluir a família cuidadora nesse processo, reconhecer o desenvolvimento de cuidados domiciliares e aprimorá-los por meio da orientação de enfermagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências**. Presidência da República, Brasília, DF, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/3GcmG8z>. Acesso em: jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília, Distrito Federal, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3dgQXGW>. Acesso em: jul. de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Presidência da República, Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3dckIsD>. Acesso em: jul. de 2021.

BALDOINO, L. S; SILVA, S. M. N; RIBEIRO, A. M. N; RIBEIRO, E. K. C. **Educação em saúde para adolescentes no contexto escolar: um relato de experiência**. Revista de Enfermagem Universidade Federal de Pernambuco on line, Recife, 12(4):1161-7, abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3G6YLaK>. Acesso em: jul. de 2021.

BANDEIRA, C. L; MISSIO, M; GROSS, V; SILVEIRA, A. **Educação em saúde para crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde**. Revista Varia Scientia - Ciências da Saúde - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, v. 5, n. 1, p. 59-65. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3pgImd0>. Acesso em: jul. 2021.

DUBOW, C; GARCIA, E. L; KRUG, S. B. F. **Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 455-467, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3EikLPt>. Acesso em: jul. 2021.

FRANK, A. E; BARTSCH, L; CAZUNI, M. H; VARGAS, T. G. C; SILVEIRA, A. **Estratégias para trabalhar com o lúdico diante do isolamento social por coronavírus: relato de experiência.** *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 167-175, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EikQmf>. Acesso em: jul. 2021.

FREDERICO, J. C. C; LAPLANE, A. L. F. **Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 26, n. 3, p. 465-480, Jul-Set, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ogLQwI>. Acesso em: jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo de 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo de 2013.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3dd49MW>. Acesso em: jul. 2021.

LOPES, M. J. M; TONINI, H. **Desenvolvimento, cuidado e vulnerabilidade: pessoas com deficiência em áreas rurais do RS.** *Revista Interdisciplinar*, Centro Universitário Uninovafapi, Teresina, v. 10, n. 3, p. 110-124, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3DkL2eF>. Acesso em: jul. 2021.

MANIVA, S. J. C. F; CARVALHO, Z. M. F; GOMES, R. K. G; CARVALHO, R. E. F. L; XIMENES, L. B; FREITAS, C. H. A. **Tecnologias educativas para educação em saúde no acidente vascular cerebral: revisão integrativa.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, 2018; 71:1824-32. Disponível em: <https://bit.ly/32UIVmu>. Acesso em: jul. 2021.

MESQUITA, A. C; ZAMARIOLI, C. M; FULQUINI, F. L; CARVALHO, E. C; ANGERAMI, E. L. S. **As redes sociais nos processos de trabalho em enfermagem: revisão integrativa da literatura.** *Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo*, v. 51, e03219, mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/31sAsVu>. Acesso em: jul. 2021.

NETO, N. M. G; ÁFIO, A. C. E; LEITE, S. S; SILVA, M. G; PAGLIUCA, L. M. F; CAETANO, J. Á. **Tecnologias para educação em saúde de surdos: revisão integrativa.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, 2019, v. 28: e20180221. Disponível em: <https://bit.ly/3luTkdE>. Acesso em: jul. 2021.

NEVES, D. M, et. al. **Tecnologia móvel para o cuidado de enfermagem durante a pandemia da COVID-19: relato de experiência.** *Revista Oficial do Conselho Federal de Enfermagem, Enfermagem em Foco*, 11 (Esp. 2): 160-166 160, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pg3SOU>. Acesso em: jul. 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC. BR). **Acessibilidade e Tecnologias um panorama sobre acesso e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina**. Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ohDxkv>. Acesso em: jul. 2021.

OLIVEIRA, C. S; BRÊTAS, A. C. P; ROSA, A. S. **A importância da extensão universitária na graduação e prática profissional de enfermeiros**. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 1, p. 171-186, jan. /abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Ej2jX3>. Acesso em: jul. 2021.

OLIVEIRA, W. S. R, et al. **Desenvolvimento e aplicação de uma tecnologia educacional para auxiliar a comunicação entre o deficiente auditivo e enfermeiro: relato de experiência**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, ISSN 2178-2091, Vol. Sup. n. 44; 2269, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ohu1O7>. Acesso em: jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3rvoi9F>. Acesso em: jul. 2021.

PEREIRA, E. L; ALECRIM, C. G. M; SILVA, D. F. L; LIMA, A. S; SANTOS, G. C. G; RESENDE, M. C. **Invisibilidade sistemática: pessoas com deficiência e Covid-19 no Brasil**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, e200677, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DhMgY7>. Acesso em: jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Dicas de convivência com as pessoas com deficiência**. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3EimbJN>. Acesso em: jul. 2021.

SANTOS, M. F. N; FRICHE, A. A. L. LEMOS, S. M. A. **Atenção à pessoa com deficiência: composição das equipes e distribuição geográfica do componente especializado em reabilitação**. Communication Disorders, Audiology and Swallowing - CoDAS, São Paulo, 33(1): e20190184, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GppjEv>. Acesso em: jul. 2021.

SEABRA, C. A. M; XAVIER, S. P. L; SAMPAIO, Y. P. C. C; OLIVEIRA, M. F; QUIRINO, G. S; MACHADO, M. F. A. S. **Educação em saúde como estratégia para promoção da saúde dos idosos: Uma revisão integrativa**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, 22(4):e190022, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Gaeypq>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, A. L. B; SOUSA, S. C; CHAVES, A. C. F; SOUSA, S. G. C; FILHO, D. R. R. **Importância da extensão universitária na formação profissional: projeto canudos**. Revista de Enfermagem, Universidade Federal do Pernambuco on line. 13:e242189, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rtNvB4>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, B. D. L. **Um mundo sem barreiras: estudantes com deficiência visual discutindo saúde nas mídias sociais**. [Tese de doutorado] Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018, p. 163, Disponível em: <https://bit.ly/2ZN4d30>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, M. M. S; CARVALHO, K. G; CAVALCANTE, I. K. S; SARAIVA, M. J. G; LOMEIO, R. C; VASCONCELOS, P. R. **Interseção de saberes em mídias sociais para educação em saúde na pandemia de Covid-19**. SANARE - Revista de Políticas Públicas, Sobral, 19(2):84-91 ISSN: 2317-7748, Jul-Dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2ZOKtfx>. Acesso em: jul. 2021.

SILVEIRA, A; SANTOS, N. O; WILHELM, L. A; SOCCOL, K. L. S; TISOTT, Z. L; PRATES, L. A. **Estratégias e desafios do ensino remoto na enfermagem**. Revista Oficial do Conselho Federal de Enfermagem, Enfermagem em Foco, 2020;11(5):98-103. Disponível em: <https://bit.ly/3EiHavP>. Acesso em: jul. 2021.

SOLIA, F. S. F; SILVA, S. S. **Educação para saúde por meio de processos dialógicos e o autocuidado da pessoa surda**. Ciência & Educação, Bauru, v. 23, n. 3, p. 677-689, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/31qDaLD>. Acesso em: jul. 2021.

SULKES, S. B. **Deficiência Intelectual**. Manual MSD: Versão para os profissionais de saúde. MerckandCo., Inc., sediada em Kenilworth, NJ, EUA, Abril. 2020. Disponível em: <https://msdmnls.co/2ZMfh0g>. Acesso em: jul. 2021.

URSINE, B. L.; PEREIRA, E. L.; CARNEIRO, F. F. **Saúde da pessoa com deficiência que vive no campo: o que dizem os trabalhadores da Atenção Básica?** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 109-120, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pmybUf>. Acesso em: jul. 2021.

VASCONCELOS, T. G; AGUIAR, Y. P. C. **Leap Motion como tecnologia assistiva para pessoas com deficiência motora nos membros superiores**. Repositório Institucional da UFPB [Trabalho de Conclusão de Curso], Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, p. 39, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3de2yqw>. Acesso em: jul. 2021.